

N.º: Gp0639-XI  
Proc.º: 30.06.01.19  
25.05.01.05  
Data: 12.06.2018

## **Assunto: Debate de urgência – Transportes, acessibilidades e subsídio social de mobilidade**

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores deputados e membros do governo,

As políticas de transportes integradas, ao nível das infraestruturas, da organização e do planeamento, são hoje comumente aceites como fundamentais para a integração, para a coesão e para o desenvolvimento económico. Exigem-se, por isso, numa governação responsável, políticas públicas concertadas que garantam a sua necessária eficácia.

Nos Açores, durante as mais de duas décadas de governação socialista todas as políticas de transportes fracassaram.

Atentando na realidade, depois dos milhões disponibilizados e das decisões estratégicas sem sentido, os frequentes problemas do setor, demonstram à evidência que a Região não tem hoje, cada vez mais a destempo, para a nossa economia e para a nossa coesão social, as infraestruturas e os meios necessários para a concretização de um concertado e exigível desenvolvimento dos transportes aéreos, marítimos e terrestres.

As infraestruturas não são as adequadas e conduzem, sistematicamente, à inoperacionalidade. A coordenação não se vê e confronta-nos, inevitavelmente, com o desperdício. A intermodalidade é coisa que não existe e torna, fatalmente, desajustadas e ineficazes a grande maioria das respostas ensaiadas.

O resultado é que os açorianos ficam cada vez mais em terra e paralelamente aumentam, em resultado, os constrangimentos provocados: não foi há muito tempo que houve açorianos que não conseguiram durante semanas sair das suas ilhas para aceder a cuidados médicos; vemos hoje que há açorianos que fazem reservas atempadas que são preteridas na hora do embarque; vemos hoje que as ligações diárias inter-ilhas, em nome dos encaminhamentos, estão cada vez mais inacessíveis

a grande parte dos açorianos; vemos hoje que os horários das ligações aéreas e marítimas continuam, sem aparente razão, a serem feitos sem permitirem uma racional articulação das operações aéreas e marítimas; vemos hoje que a inexistência das rampas “ro-ro” em alguns dos nossos portos de ligação entre ilhas, continua a condicionar, fortemente, a mobilidade dos açorianos e a atividade económica.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados e membros do governo,

Os açorianos sabem que não temos uma verdadeira política regional de transportes.

Os sucessivos governos do PS não foram, em mais de 20 anos, capazes de a concretizar e este governo já demonstrou não ter capacidade de responder e de reformar. As necessidades permanentes de corrigir as suas erráticas políticas, tornaram este governo incapaz de perspetivar o médio e longo prazo e reduziram-no a uma prática governativa própria de um governo de contingência, sistematicamente ultrapassado pela realidade.

Foi assim que assistimos ao descalabro financeiro das empresas públicas regionais do setor. Foi assim que chegamos ao anúncio da privatização do capital social da SATA, sobre o qual ainda nada se sabe em concreto. Foi assim que a necessidade de alargamento do aeroporto da Horta não foi prevista, considerada, solicitada e acautelada junto do Governo da República no quadro das negociações com a ANA. É assim que, ainda hoje, sem que se saiba até quando, como se tivéssemos todo o tempo do mundo para decidir, se discute qual o melhor modelo de transporte marítimo para a Região enquanto andamos a alugar barcos que custam milhões. É assim que, ainda hoje, de concurso em concurso, se protela, como se não fosse essencial, o modelo de transporte de carga, que é vital para a dinamização das nossas empresas e imprescindível para um efetivo e real crescimento económico, que não acontecerá de forma sustentável enquanto a região adiar a sua concretização.

Está na altura de o governo dizer porque não o faz e porque não o deixa fazer, quando há empresas privadas que já manifestaram a sua disponibilidade para começar a operar de imediato.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores deputados e membros do governo,

Não podemos, a cada descalabro da governação socialista, continuar a hipotecar o futuro de todos nós.

Os transportes e a mobilidade dos açorianos são essenciais para o nosso desenvolvimento sustentável. São condição de liberdade, de progresso e de riqueza. São conquistas da nossa autonomia de que não podemos abdicar em nome do nosso futuro.

É neste sentido, e com preocupação, que o CDS acompanha, também, o presente processo de renegociação do subsídio de mobilidade, entre o Governo da República e o Governo Regional, onde foram, segundo várias declarações públicas, apresentadas propostas negociais que podem, num futuro próximo, condicionar, restringir e negar a mobilidade dos açorianos.

Para o CDS-Açores é inaceitável que tal possa acontecer.

O CDS-Açores não compreende as afirmações do Senhor Ministro das Infraestruturas e do Planeamento e do Senhor Primeiro-Ministro quando afirmam que o subsídio de mobilidade social deverá passar a ser competência regional.

Para o CDS-Açores o subsídio social de mobilidade é uma competência da República e decorre dos *Princípios da Solidariedade e da Continuidade Territorial* que conformam a nossa ordem político-constitucional, e constitui, no entendimento do nosso partido, uma das maiores conquistas dos açorianos, da nossa autonomia e do nosso Portugal democrático.

É, portanto, imperativo perguntar: aceita este governo que os açorianos apenas possam viajar para o continente em dias de viagens pré-definidos? Aceita este governo que se imponha um limite anual do número de passagens por cada açoriano? Aceita este governo a imposição de tetos no valor da comparticipação das passagens em que o excedente passa a ser suportado pelos açorianos? Aceita este governo o plafonamento orçamental do subsídio de mobilidade e a regionalização de qualquer eventual excesso?

O CDS é frontal e claro. Nós não aceitamos. Nós estamos, como sempre estivemos, do lado dos açorianos.

O governo tem, nesta iniciativa do CDS, a oportunidade de acabar com o silêncio a que se remeteu sobre a matéria e, em nome da clarificação e da transparência, dizer nesta casa em que consistiam as propostas apresentadas pelo Governo da República, e se pode, hoje, assegurar, perante os açorianos, que os seus direitos à mobilidade foram, ou estão a ser, devidamente salvaguardados.

Os açorianos e esta Assembleia têm o direito de o saber e este governo a obrigação de responder. É essa a sua função. É isso que esperamos de um governo em democracia.

Artur Lima